

fonte: A Crítica

class.: Tikuna 595

data: 13/12/1994

pg.: A2

Julgamento do massacre dos tikunas só em um ano

A previsão é do procurador-geral da República no Amazonas, que fez a denúncia do caso em 1991, como procurador

O julgamento dos acusados do massacre aos índios tikunas, ocorrido em 1988 no município de Benjamin Constant, só deverá ocorrer dentro de aproximadamente um ano, de acordo com o procurador geral da República no Amazonas, Carlos Frederico Santos. A competência do processo, cujo julgamento estava marcado para o dia 12 deste mês, foi transferida para a Justiça Federal, depois que o Supremo Tribunal Federal acatou parecer do sub-procurador geral da República, Cláudio Fontenele.

Carlos Frederico explicou que o motivo da demora da decisão do STF foi decorrente de duas rejeições sofridas pela denúncia de genocídio feita por ele. A primeira foi feita em 16 de dezembro de 1991. Na ocasião, o parecer do juiz federal da 1ª Vara, Marcos Augusto, entendeu que a competência já havia sido definida pelo STF em sessão anterior. Com base no artigo 109 da Constituição Federal, o procurador da República no Amazonas ofereceu outra denúncia que também não foi aceita. Diante da situação, o coordenador de defesa dos direitos indígenas do Ministério Público Federal, Wagner Gonçalves, solicitou um recurso extraordinário e obteve o parecer favorável ao provimento do mesmo pelo sub-procurador geral da República Cláudio Fontenele. A diferença básica nas denúncias feitas pelo Ministério Público estadual e Federal, reside no fato da primeira levantar a tese de homicídio qualificado, enquanto a denúncia elaborada por Carlos Frederico aponta a tese de genocídio com base na Lei 2.889/1 de 1º de outubro de 1956. "Eu entendi que as pesso-

as denunciadas tiveram a intenção de exterminar parte de grupo étnico", disse o procurador. Carlos Frederico sustenta a tese nos depoimentos de diversos acusados que disseram não ter tido a intenção de assassinar pessoas específicas e sim de matar os índios, aproveitando o momento da reunião de vários clãs na área do rio Capacete.

Com a mudança o processo fica sob a responsabilidade de Carlos Frederico, que irá fazer uma análise dando ênfase aos elementos que sustentam a tese de genocídio, isso vai demandar cerca de um ano na opinião do próprio procurador, haja vista, que é possível que testemunhas e acusados possam ser chamados a prestar novos depoimentos. Mas, ele destaca que a mudança de esfera é benéfica, uma vez que vai estabelecer jurisprudência e permitir que outros casos envolvendo indígenas sejam tratados diretamente pela Justiça Federal. O procurador informou, ainda, que o julgamento pela Justiça estadual, abria o precedente de no futuro os réus recorrerem da sentença com base na alegação da incompetência do juízo, e com isso poderiam até ser absolvidos.

O procedimento do julgamento também vai mudar com a transferência de competência. Na Justiça Federal a decisão da sentença vai caber ao juiz responsável pelo julgamento, diferente da estadual em que a decisão seria do conselho de sentença. O julgamento dos acusados do "massacre do capace-te" será realizado em Manaus. O procurador espera que a data do julgamento não extrapole o período de um ano.

DIREITOS HUMANOS

Brasil é campeão em casos de violação

RIO — O Brasil é o país onde ocorreram em 1993 mais casos de violação dos direitos humanos na América Latina. A constatação é da 'Human Rights Watch Americas', uma das mais importantes organizações não-governamentais do mundo, de acordo com o seu relatório anual divulgado hoje simultaneamente em Nova York e no Rio. O documento, que pela primeira vez traz um capítulo específico sobre o Brasil, denuncia o aumento no extermínio de menores, de índios e de trabalhadores rurais e a exploração crescente do trabalho forçado e da prostituição no País. A entidade designou o advogado americano James Cavallaro, de 32 anos, para instalar um escritório no Rio e investigar diretamente as denúncias. Um dos alvos é a 'Operação Rio'. A Watch Americas não costuma fazer comparações entre os países, mas o Brasil foi 'o país mais representativo' na violação dos direitos humanos na América Latina.

O documento, publicado pela primeira vez em português, demonstra esperança no presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, mas critica a lentidão da Justiça e a omissão das autoridades na apuração das denúncias e na punição dos responsáveis pela violação dos direitos humanos. 'Acreditamos no Fernando Henrique por causa de sua trajetória política, mas vamos acompanhar seu governo e fazer as críticas e denúncias necessárias', observou

Cavallero, em entrevista na sede da OAB no Rio. Segundo Cavallero, a idéia de incluir um relatório específico sobre o Brasil visa a denunciar ao mundo o que está acontecendo no País e buscar soluções.

Com a instalação de um escritório no Brasil, o primeiro na América Latina desde que a filial de El Salvador foi fechada, e um dos seis em todo o mundo (os outros estão em Nova York, Los Angeles, Washington, Londres e Bruxelas), a organização vai iniciar seu trabalho pela apuração das denúncias de torturas que teriam sido praticadas pelas Forças Armadas no Morro do Borel.

Segundo Cavallero, as acusações são tão graves que exigem uma investigação minuciosa. 'Vamos subir os morros, falar com moradores, ouvir também o Comando Militar do Leste, a Defensoria Pública e outros órgãos envolvidos', promete. Ele pretende se encontrar ainda com o governador eleito Marcello Alencar e com Fernando Henrique Cardoso.

O relatório anual da entidade revela uma contínua redução da violência em São Paulo, de acordo com dados oficiais. Enquanto a Polícia Militar matou 1.470 civis em 1992, o número caiu para 409 em 1993, após o protesto resultante do massacre do Carandiru em que 111 presos foram mortos em 2 de outubro de 1992.